

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura e encaminhamento de propostas ao Congresso Nacional

Palácio do Planalto, 05 de setembro de 2007

Meu caro companheiro Carlos Lupi, ministro do Trabalho e Emprego,
Meu caro companheiro Luiz Marinho, ministro da Previdência Social,
Meu caro companheiro Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Companheiros deputados Daniel Almeida, Paulo Pereira, Roberto Santiago e Vicentinho,

Meus companheiros dirigentes sindicais e dirigentes das Centrais Sindicais,

Meus amigos e minhas amigas,

Apenas umas poucas palavras. Primeiro, com relação ao reconhecimento das Centrais Sindicais. Essas coisas que acontecem no Brasil, certamente não acontece em nenhum outro país do mundo, porque desde 1981, quando nós criamos a Comissão Pró-CUT, nós funcionávamos... naquele tempo em que nós éramos divididos, criamos uma coisa que unificava todos os dirigentes sindicais. E, de lá para cá, já se criou meia dúzia de Centrais Sindicais, o governo sabe que elas existem, o Ministério do Trabalho sabia que elas existiam, os empresários reconheciam, no processo de negociação, as Centrais Sindicais, a Polícia sabia que as Centrais existiam. Ou seja, na verdade todo mundo sabia que as Centrais Sindicais existiam, e funcionavam quase como se fossem entidades clandestinas porque não estavam legalizadas.

Por que nós estamos mandando um projeto de lei em caráter de urgência urgentíssima e não uma medida provisória? É porque os deputados sabem que nós temos várias medidas provisórias e nós não podemos trancar a pauta, ou seja, de vez em quando, uma coisa que não tem urgência para ser votada amanhã ou daqui a algum tempo, a gente manda por projeto de lei. E

manda por projeto de lei porque se demorar um dia ou uma semana a mais, quem já está funcionando há mais de 15 anos assim pode continuar funcionando mais uma semana ou mais um mês que não tem nenhum problema.

Passar no Congresso Nacional. Aqui tem vários deputados, você, Paulinho, é líder de um bloco, dentro do Congresso Nacional. Naquilo que depender do presidente da República, nas reuniões de quinta-feira com os colégios de líderes, eu vou até pedir para que o companheiro Lupi vá fazer uma exposição da necessidade dos partidos que compõem a base de sustentação do governo votarem esse projeto. Depois vai para o Senado e depois volta para mim, se não houver mudança, para sancionar.

Uma outra coisa gratificante é a questão do trabalho aos domingos no setor comerciário. Eu penso que houve uma evolução na compreensão dos empresários, houve uma evolução na compreensão dos trabalhadores e houve uma evolução na compreensão do governo. Primeiro, todos nós sabemos que o mundo que nós vivemos, no século XXI, no mundo do trabalho, é diferente do mundo que a gente viveu do começo até o meio do século XX. As mulheres, que antigamente eram tidas como as únicas que iam fazer compras, hoje trabalham tanto quanto os homens, mesmo ganhando menos que os homens, e, portanto, muitas vezes, se o casal trabalha, só sobra o sábado e domingo para fazer compras. Segundo, é que o povo brasileiro aos poucos está aprendendo a viajar, e não tem nada mais desagradável do que alguém viajar, chegar numa cidade no domingo, querer comprar alguma coisa e não poder comprar porque o comércio está fechado. E terceiro, também, porque nós estamos precisando criar empregos. E quarto, também, porque o prefeito fica muito agradecido se o comércio tiver um pouco mais de vendas e a cidade arrecadar um pouco mais.

Ora, essa combinação de interesses combina com a necessidade que o trabalhador tem de ter, a cada três domingos, ele tira um para descansar e trabalha dois. Ninguém pode dizer que os trabalhadores foram radicais, ninguém pode dizer que os empresários foram radicais, ninguém pode dizer que os sindicatos não se dispuseram a negociar e ninguém pode dizer que o governo não utilizou o seu comportamento de flexibilidade para que a gente pudesse concluir, numa medida provisória, para entrar em vigor assim que a

medida for publicada no Diário Oficial da União e entrar no Congresso Nacional.

Eu acho que nós, então, marcamos um tento. Marcamos um tento porque permitimos àqueles que querem comprar os domingos ter a oportunidade de comprar, garantimos aos trabalhadores o direito de descansar pelo menos um domingo. E só não sabe o quanto é ruim a gente descansar em dia de semana, porque em dia de semana todos os companheiros da gente estão trabalhando e a gente está sozinho. Então, um domingo, ficar junto, até para desenferrujar as pernas, bater uma bolinha, normalmente ir numa praia aos domingos, comer um franguinho com farofa, porque nem todo mundo tem colônia de férias e nem na colônia de férias dos comerciários cabe todo mundo, então, eu penso que foi um ganho.

É importante termos em conta que tudo no Brasil seria muito mais simples se houvesse a compreensão das partes que 90% dos problemas que nós vivemos poderiam ser resolvidos em mesa de negociação. Eu me lembro que, em 1980, quando nós constituímos a primeira comissão de fábrica em São Bernardo do Campo, alguns empresários tinham as comissões de fábricas como se fosse uma intromissão dos trabalhadores dentro das decisões da fábrica. Hoje, qualquer empresário que permitiu a criação de comissões de fábricas dentro da fábrica sabe que a comissão de fábrica termina sendo um bem extraordinário, porque 90% das coisas são resolvidas ali, no dia-a-dia, sem precisar ir para a Justiça do Trabalho.

Eu quero, portanto, parabenizar os dirigentes sindicais, com a certeza de que um dia vocês vão perceber que ter 6,7, 8 centrais sindicais não leva a nada. Vocês por experiência, vão reduzir isso, quem sabe para uma, quem sabe para duas, mas também não precisam pulverizar tanto as centrais sindicais. Obviamente que, como governo, nós não mediremos, não faremos um movimento para que não seja assim, afinal de contas, são vocês que têm o direito e a obrigação de saber como se organizam no mundo de trabalho, na cidade e no estado. E eu penso que, da nossa parte, nós vamos continuar incentivando para que essas coisas aconteçam. Tudo que for feito como resultado de um acordo e transformado em lei tem muito mais solidez do que alguma coisa que seja transformado em lei sem a participação de vocês, e tem muito mais valor do que uma coisa feita apenas na disputa de maioria e

minoria, três a um, dois a um, quatro a um, porque isso também termina não atendendo às necessidades do conjunto dos trabalhadores. Eu acho que ganham os trabalhadores, ganham os sindicatos, acho que ganham os empresários.

Portanto, parabéns, Lupi, parabéns companheiro Marinho, eu sei que isso começou há muito tempo, ainda com o ministro Jaques Wagner, passou pelo Ricardo Berzoini, pelo Marinho e pelo Lupi. Parabéns ao companheiro Dulci, que tem sido um gigante na coordenação de todo o movimento social no Brasil, e parabéns a todos vocês pela compreensão de que um bom acordo às vezes vale muito mais do que uma péssima briga.

Muito obrigado e parabéns.